

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 5-IFPA, DE 18 DE SETEMBRO DE 2026



IFPA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

- ▶ Língua portuguesa
- ▶ Noções de Gestão Pública
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos de Informática
- ▶ Conhecimentos específicos

CONTEÚDO DIGITAL

- ▶ Legislação e Ética do Serviço Público

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



Conteúdo totalmente alinhado ao edital.



Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.



Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.



Questões gabaritadas.



Bônus especiais que otimizam seus estudos.



**Adquira aqui sua
apostila completa**



IFPA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PARÁ**

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

**EDITAL Nº 5-IFPA, DE 18 DE SETEMBRO DE
2026**

**CÓD: OP-146ST-26
7901204403112**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	9
2. Tipologia e gêneros textuais	10
3. Figuras de linguagem	11
4. Significação de palavras e expressões: Relações de sinonímia e de antonímia	15
5. Ortografia.....	16
6. Acentuação gráfica.....	16
7. Uso da crase.....	18
8. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.....	19
9. Locuções verbais (perífrases verbais)	26
10. Funções do “que” e do “se”	29
11. Formação de palavras	30
12. Elementos de comunicação	32
13. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	35
14. Concordância verbal e nominal	39
15. Regência verbal e nominal.....	41
16. Colocação pronominal	42
17. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	44
18. Elementos de coesão	45
19. Função textual dos vocábulos.....	46
20. Variação linguística	51
21. Redação de correspondências oficiais	52

Noções de Gestão Pública

1. Administração Pública: Fundamentos De Administração Pública; Fundamentos E Conceitos Da Administração Pública; Princípios Da Administração Pública; Estrutura Organizacional Básica Da Administração Pública; Conceitos Básicos De Direito Administrativo, Constitucional: Conceitos Fundamentais Do Direito Administrativo E Constitucional Aplicados À Rotina Administrativa Pública	69
2. Legislação E Normas Pertinentes Aplicáveis À Administração Pública: Conceitos E Princípios De Serviços Públicos Aplicados À Educação	71
3. Gestão E Qualidade Nos Serviços Educacionais Universitários.....	76
4. Pesquisa E Extensão Universitária: Conceitos Fundamentais De Pesquisa E Extensão.....	80
5. Gestão De Projetos	85
6. Patrimônio Público: Noções Gerais Sobre Receita Pública, Despesa Pública E Patrimônio Público	89
7. Ato Administrativo: Conceito, Requisitos, Atributos, Classificação E Espécies	93
8. Agentes Públicos: Espécies E Classificação, Cargo, Emprego E Função Públicos.....	97
9. Poderes Administrativos: Poder Hierárquico, Poder Disciplinar, Poder Regulamentar, Poder De Polícia, Uso E Abuso Do Poder.....	101
10. Noções Gerais Sobre Direitos E Deveres Dos Servidores Públicos	103
11. Gestão E Fiscalização De Contratos: Lei 14.133/2021 - Lei De Licitações E Contratos Administrativos	106
12. Decreto Federal Nº 10.024/2019	150

ÍNDICE

13. Noções De Direitos Humanos: Teoria Geral Dos Direitos Humanos: Conceito; Terminologia; Estrutura Normativa; Fundamento; Classificação; Especificidades	159
14. Funções Da Administração: Planejamento (Estratégico, Tático E Operacional), Organização, Direção E Controle.....	159
15. Princípios Básicos De Organização (Divisão Do Trabalho, Especialização, Hierarquia, Amplitude Administrativa).....	163
16. Diagnóstico Interno E Externo (Análise Swot).....	164
17. Governança Na Gestão Pública E Accountability	165
18. Planejamento Estratégico Na Gestão Pública	167
19. Serviço De Atendimento Ao Cidadão	173
20. Comunicação Interna E Externa; Relacionamento Interpessoal E Trabalho Em Equipe.....	175
21. Gestão De Conflitos	183

Raciocínio Lógico

1. Conjuntos; Resolução de problemas envolvendo frações	191
2. Porcentagens	203
3. Sequências (com números, com figuras, de palavras)	204
4. Equações de 1º grau; Funções de 1º grau; Sistemas de equações	208
5. Razão; Proporção; Regra de três simples; Regra de três composta	213

Conhecimentos de Informática

1. Conhecimentos sobre sistemas estruturadores e estruturantes da Administração Pública Federal: SIPAC, SISG/Compras.gov.br, SIMEC, SCDP, SIPEC/SOUGOV/Portal do Servidor, SIORG, SISP, SIAFI, SIADS, CADIN, Transferegov, e Fala.BR	219
2. Conhecimento e utilização de ferramentas de comunicação e colaboração corporativa (webmail, mensagens instantâneas, videoconferência) e gestão e compartilhamento de arquivos em nuvem (Google Drive, OneDrive, Zoom)	223
3. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 11 (em português)	239
4. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) - versão 365 (em português)	243
5. Utilização de ferramentas de produtividade e colaboração, em português, do Google Workspace (Documentos, Planilhas, Apresentações, Drive e Meet)	281
6. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web; Navegadores de internet: Microsoft Edge, Mozilla Firefox, Google Chrome	283
7. Noções fundamentais de segurança da informação (antimalware, phishing, ransomware, autenticação segura e proteção de dados) e conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e a LAI (Lei de Acesso à Informação)	289
8. Fundamentos de inteligência artificial: conceitos e inter-relações entre inteligência artificial, aprendizado de máquina (machine learning) e aprendizado profundo (deep learning)	316
9. Noções sobre ciência de dados e governança de dados. Importância da informação e gestão do conhecimento	321

Conhecimentos específicos

Técnico em Assuntos Educacionais

1. Fundamentos Histórico-Filosóficos Da Educação Brasileira: Pressupostos Teóricos, Históricos E Legais Da Educação Profissional.....	331
2. Organização Do Trabalho Pedagógico: Planejamento, Planos E Projetos Educativos, Disciplinaridade, Interdisciplinaridade E Multidisciplinaridade; A Organização Do Trabalho Pedagógico Na Sala De Aula Em Interface Com A Escola E A Sociedade.....	334
3. Metodologia E Prática De Ensino	335
4. Uso Das Tecnologias Da Informação E Da Comunicação No Trabalho Pedagógico	338
5. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Escolar Indígena (Resolução Federal Nº 5/2012)	342
6. Lei Federal Nº 13.005/2014	349
7. Decreto Federal Nº 5.154/2004	351
8. Catálogo Nacional De Cursos Técnicos, Ppi - Projeto Pedagógico Institucional	353
9. Políticas Educacionais Inclusivas: Relação De Gênero E Educação.....	353
10. Educação Inclusiva	357
11. Lei Federal Nº 10.048/2000	364
12. Lei Federal Nº 10.098/2000	365
13. Decreto Federal Nº 5.296/2004	368
14. Trabalho E Educação: Formação Profissional E Tecnológica	379
15. Tendências Pedagógicas Em Educação No Ensino Médio E Na Educação Profissional	383
16. Projeto Político-Pedagógico (Metodologia De Elaboração, Implementação, Acompanhamento E Avaliação Do Projeto Político-Pedagógico)	384
17. Formação Docente	388
18. Avaliação Institucional E Avaliação Da Aprendizagem	397
19. Acompanhamento Do Processo Pedagógico	403
20. Avaliação Educacional: Institucional, Larga Escala E Aprendizagem	404
21. Cultura Organizacional E Liderança: Relações Interpessoais E Grupais	407
22. Leitura E Interpretação De Indicadores Socioeducacionais E Econômicos	411
23. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Escolar Quilombola	415
24. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Das Relações Étnico-Raciais E Para O Ensino De História E Cultura Afro-Brasileira E Africana	426
25. Diretrizes Nacionais Para A Educação Em Direitos Humanos	426
26. Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Ambiental	427
27. Diretrizes Curriculares Nacionais (Dcns) Para A Educação Profissional E Tecnológica (Ept) Do Ensino Médio	431
28. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Para A Educação Profissional E Tecnológica (Resolução Federal Cne/Cp Nº 1/2021).....	432
29. Programa Nacional De Integração Da Educação Básica Na Modalidade De Educação De Jovens E Adultos (Decreto Federal Nº 5.840/2006)	442

Conteúdo Digital

Legislação e Ética do Serviço Público

1. Constituição Da República Federativa Do Brasil 1988: Título Iii - Da Organização Do Estado: Capítulo Vii – Da Administração Pública; Título Viii - Da Ordem Social: Capítulo Iii – Da Educação, Da Cultura E Do Desporto / Capítulo Iv – Da Ciência E Tecnologia Da Ciência, Tecnologia E Inovação	3
2. Lei Federal Nº 8.112/1990	16
3. Ética No Serviço Público: Decreto Federal Nº 1.171/1994.....	42
4. Lei Federal Nº 9.394/1996	45
5. Lei Federal Nº 11.892/2008.....	64
6. Lei Federal Nº 11.091/2005 Plano De Carreira Dos Cargos Técnico-Administrativos Em Educação - PCCTAE, E Suas Alterações	69
7. Lei Federal Nº 12.527/2011	75
8. Lei Federal 13.709/2018	83
9. Lei Federal Nº 14.133/2021	96
10. Lei Federal Nº 9.784/1999	96

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

► Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

► Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

► Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

AMOSTRA

TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.



NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; FUNDAMENTOS E CONCEITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; CONCEITOS BÁSICOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL: CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL APLICADOS À ROTINA ADMINISTRATIVA PÚBLICA

O Direito Administrativo é o ramo do Direito Público que disciplina a organização, o funcionamento e a atuação da Administração Pública, especialmente quando ela age para atender interesses coletivos. Seu estudo envolve normas, princípios e institutos jurídicos que regulam a atividade administrativa do Estado, isto é, a atividade voltada à execução concreta das finalidades públicas definidas pelo ordenamento jurídico.

Diferentemente de outros ramos jurídicos que se concentram predominantemente em relações privadas ou em conflitos individuais, o Direito Administrativo tem como eixo a presença do Estado em posição de gestão, execução, ordenação, prestação e controle. Isso não significa que a Administração Pública possa agir livremente. Ao contrário, sua atuação está juridicamente condicionada, pois todo exercício de poder administrativo deve encontrar fundamento no Direito e finalidade no interesse público.

► Relação entre Estado, Administração Pública e função administrativa

O Estado como estrutura de poder e realização de finalidades públicas

O Estado é uma organização política e jurídica criada para exercer autoridade sobre determinado povo, em certo território, com soberania. Para cumprir suas finalidades, ele desempenha atividades variadas, como legislar, julgar, administrar, fiscalizar, prestar serviços e intervir em situações relevantes para a coletividade.

A Administração Pública corresponde ao conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam a função administrativa. Essa função consiste na atuação concreta, direta e contínua voltada à satisfação das necessidades públicas. Quando o Estado organiza escolas, fiscaliza atividades econômicas, realiza licitações, nomeia servidores, conserva vias públicas ou presta serviços de saúde, ele está exercendo atividade administrativa.

► Sentidos do Direito Administrativo

Sentido amplo e sentido estrito

Em sentido amplo, o Direito Administrativo pode ser compreendido como o conjunto de normas e princípios relacionados à Administração Pública e à função administrativa do Estado. Nessa perspectiva, observa-se a disciplina de forma mais abrangente, incluindo organização administrativa, atuação estatal, agentes públicos, bens públicos, serviços públicos e mecanismos de controle.

Em sentido estrito, o Direito Administrativo é analisado como ramo jurídico autônomo voltado especificamente ao regime jurídico-administrativo, marcado pela combinação entre prerrogativas públicas e sujeições jurídicas. As prerrogativas permitem que a Administração disponha de instrumentos especiais para realizar o interesse público; as sujeições impedem arbitrariedades, exigindo legalidade, finalidade, motivação, proporcionalidade, publicidade e controle.

► Óticas de análise do Direito Administrativo

Perspectivas subjetiva, objetiva, formal e material

O Direito Administrativo pode ser examinado por diferentes óticas. Pela ótica subjetiva, o foco recai sobre quem exerce a atividade administrativa, isto é, os órgãos, entidades e agentes públicos. Pela ótica objetiva, observa-se a própria atividade administrativa, independentemente do sujeito que a pratica. Pela ótica formal, considera-se o regime jurídico aplicado ao ato ou à atividade. Pela ótica material, analisa-se o conteúdo da atuação, especialmente quando ela se dirige à realização concreta do interesse público.

FUNÇÕES DO ESTADO E PODERES CONSTITUÍDOS

► Noção geral de Estado e finalidade pública

O Estado como organização jurídica e política

O Estado é uma organização política e jurídica formada para exercer autoridade sobre uma coletividade, em determinado território, com soberania. Essa autoridade deve estar voltada à realização do interesse público, isto é, à proteção da ordem jurídica, à garantia de direitos, à prestação de serviços essenciais e à organização da vida em sociedade. No Direito Administrativo, o Estado é estudado principalmente em sua atuação concreta, quando administra recursos, presta serviços, fiscaliza condutas, pratica atos administrativos e executa políticas públicas.



AMOSTRA

► Funções do Estado

Função legislativa, função jurisdicional e função administrativa

As funções do Estado são formas fundamentais de manifestação da atividade estatal. A função legislativa consiste na elaboração de normas gerais e abstratas, destinadas a disciplinar situações futuras. A função jurisdicional corresponde à solução de conflitos mediante aplicação do Direito ao caso concreto, com força decisória própria. A função administrativa, por sua vez, consiste na atuação direta, concreta e contínua do Estado para executar a lei e atender necessidades coletivas.

A tabela a seguir permite visualizar a diferença entre essas funções de maneira didática:

Função estatal	Característica principal	Exemplo de atuação
Legislativa	Criação de normas gerais e abstratas	Elaboração de leis
Jurisdicional	Solução de conflitos com aplicação do Direito	Julgamento de processos
Administrativa	Execução concreta do interesse público	Prestação de serviços públicos, fiscalização e gestão administrativa

► Poderes constituídos

Distribuição das funções entre os Poderes

Para evitar concentração de autoridade, o Estado organiza suas funções entre Poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário. O Poder Legislativo exerce tipicamente a função de legislar e fiscalizar. O Poder Judiciário exerce tipicamente a função de julgar. O Poder Executivo exerce tipicamente a função administrativa, pois atua na execução das leis e na gestão da Administração Pública.

Essa divisão não é absoluta. Cada Poder também pode exercer funções atípicas quando necessário ao seu funcionamento. O Legislativo administra seus servidores e contratos; o Judiciário organiza sua estrutura interna; e o Executivo pode editar atos normativos secundários. Para o Direito Administrativo, a função administrativa ocupa posição central, pois é nela que o Estado atua de forma mais direta perante os administrados.

OBJETO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

► Delimitação do objeto

A matéria estudada pelo Direito Administrativo

O objeto do Direito Administrativo é o conjunto de temas relacionados à organização da Administração Pública e ao exercício da função administrativa. Isso significa que a disciplina não se limita a estudar órgãos públicos ou servidores, mas alcança toda a atividade administrativa desenvolvida pelo Estado para realizar interesses coletivos. Seu campo de análise envolve a estrutura administrativa, os instrumentos de atuação estatal, os limites impostos ao poder público e as formas de controle da Administração.

O Direito Administrativo preocupa-se especialmente com a atuação concreta do Estado. Enquanto a lei estabelece comandos gerais, cabe à Administração transformar esses comandos em providências práticas, como construir escolas, fiscalizar atividades privadas, conceder licenças, aplicar sanções administrativas, celebrar contratos, organizar concursos públicos e prestar serviços à população.

► Organização da Administração Pública

Administração direta e indireta

Um dos principais objetos da disciplina é a organização administrativa. A Administração direta é composta pelos entes políticos, como União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que atuam por meio de seus órgãos. Já a Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas para desempenhar atividades específicas, como autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Essa organização permite distribuir competências, especializar atividades e tornar a atuação administrativa mais eficiente. O estudo dessa estrutura é essencial para compreender quem pratica determinado ato, quem responde por certa obrigação e qual regime jurídico se aplica a cada entidade.

►



RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS; RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO FRAÇÕES

TEORIA DOS CONJUNTOS

Um conjunto é uma reunião ou agrupamento de pessoas, seres, objetos, classes, ou qualquer entidade que compartilhe uma característica comum, dando a ideia de uma coleção.

Noções Primitivas

Na teoria dos conjuntos, há três conceitos fundamentais que são aceitos sem a necessidade de definição:

- Conjunto;
- Elemento;
- Pertinência entre um elemento e um conjunto.

Podemos encontrar exemplos de conjuntos em situações como um cacho de bananas, um cardume de peixes ou uma pilha de livros. Os conjuntos, conforme geralmente concebidos, consistem em elementos, sendo que um elemento de um conjunto pode ser uma banana, um peixe ou um livro, por exemplo. Importante notar que um conjunto também pode ser considerado como um elemento pertencente a outro conjunto.

Para representar conjuntos, costumamos usar letras maiúsculas como A, B, C, ..., X, e para os elementos, letras minúsculas como a, b, c, ..., x, y, ..., embora essa convenção não seja estritamente obrigatória. A relação de pertinência estabelece a conexão entre um elemento e um conjunto, indicando se um elemento faz parte ou não desse conjunto.

Se x é um elemento de um conjunto A, escrevemos $x \in A$.

Lê-se: x é elemento de A ou x pertence a A.

Se x não é um elemento de um conjunto A, escrevemos $x \notin A$.

Lê-se: x não é elemento de A ou x não pertence a A.

Como representar um conjunto

1) Pela designação de seus elementos:

Escrevemos os elementos entre chaves, separando-os por vírgula.

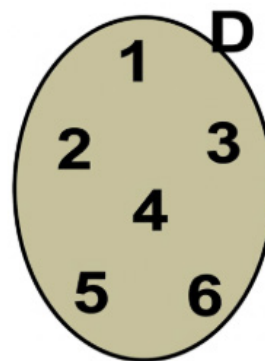
2) Pela sua característica

Escrevemos o conjunto enunciando uma propriedade ou característica comum de seus elementos. Assim sendo, o conjunto dos elementos x que possuem a propriedade P é indicado por:

$\{x, \mid \text{(tal que) } x \text{ tem a propriedade P}\}$

3) Pelo diagrama de Venn-Euler

Os elementos do conjunto são colocados dentro de uma figura em forma de elipse, chamada diagrama de Venn.



Igualdade de Conjuntos

Dois conjuntos $A = B$ são ditos iguais (ou idênticos) se todos os seus elementos são iguais, e escrevemos $A = B$. Caso haja algum que não o seja dizemos que estes conjuntos são distintos e escrevemos $A \neq B$.

Tipos de Conjuntos

- **Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- **Conjunto Vazio:** conjunto vazio é aquele que não possui elementos. Representa-se por $\emptyset$ ou, simplesmente $\{ \}$.
- **Conjunto Unitário:** conjunto caracterizado por possuir apenas um único elemento.
- **Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.
- **Conjunto Infinito:** contrário do finito.

Relação de Pertinência

A pertinência é representada pelo símbolo $\in$ (pertence) ou $\notin$ (não pertence). Ele relaciona elemento com conjunto.

Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A também pertencem ao conjunto B, caracterizamos A como um subconjunto de B. Pode-se também descrever um subconjunto como uma coleção menor de elementos que compartilham as mesmas características de um conjunto maior.

Atenção:

- Todo conjunto A é, por definição, um subconjunto dele próprio.
- O conjunto vazio, por convenção, é considerado subconjunto de qualquer conjunto.



AMOSTRA

- O conjunto das partes, representado por $P(A)$, é formado pela reunião de todos os subconjuntos de A .

Por exemplo, considerando o conjunto B mencionado anteriormente, temos o conjunto das partes de B :

$$B = \{\{\}, \{2\}, \{4\}, B\}$$

Com base nessa propriedade, podemos concluir que se B possui n elementos, então ele possui 2^n subconjuntos, incluindo o conjunto vazio e ele próprio.

Se desejamos determinar quantos subconjuntos o conjunto A (como no exemplo anterior) possui, podemos utilizar a fórmula:

Números de elementos(n) = 5 $\rightarrow 2^n = 2^5 = 32$ subconjuntos, incluindo o vazio e ele próprio.

Relação de inclusão

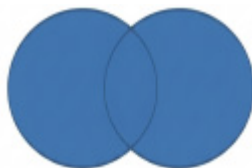
Essa notação é empregada para estabelecer relações entre conjuntos, a fim de determinar se um conjunto está contido ou não em outro. Essas relações de inclusão são representadas por meio dos seguintes símbolos:

$\subset$ Está contido	$\supset$ Contém
$\not\subset$ Não está contido	$\not\supset$ Não contém

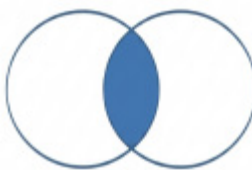
Operações com Conjuntos

- **União de conjuntos:** a união, também conhecida como reunião, dos conjuntos A e B é o conjunto composto por todos os elementos que estão em A ou em B . Representa-se por $A \cup B$.

Simbolicamente: $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$



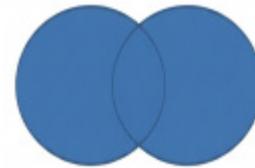
$A \cup B$



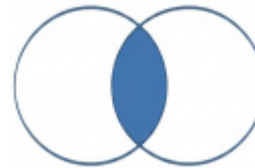
$A \cap B$

- **Intersecção de conjuntos:** a intersecção entre os conjuntos A e B consiste no conjunto composto por todos os elementos que são comuns a ambos os conjuntos, ou seja, pertencem simultaneamente a A e a B . Representa-se por $A \cap B$

Simbolicamente: $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$

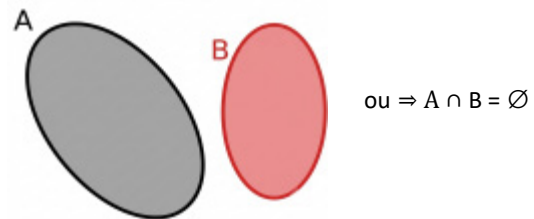


$A \cup B$



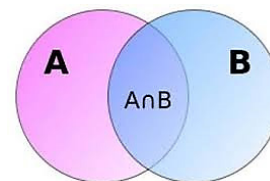
$A \cap B$

Observação: Se $A \cap B = \emptyset$, dizemos que A e B são conjuntos disjuntos.



Propriedades dos conjuntos disjuntos

- 1) $A \cup (A \cap B) = A$
- 2) $A \cap (A \cup B) = A$
- 3) **Distributiva da reunião em relação à intersecção:** $A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C)$
- 4) **Distributiva da intersecção em relação à união:** $A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C)$
- **Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos:** Dado um par de conjuntos A e B , conforme ilustrado na figura abaixo, podemos estabelecer uma relação entre a quantidade de elementos de cada conjunto.



$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$

Observe que ao subtrairmos os elementos comuns $n(A \cap B)$ evitamos que eles sejam contados duas vezes.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

CONHECIMENTOS SOBRE SISTEMAS ESTRUTURADORES E ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: SIPAC, SISG/COMPRAS.GOV.BR, SIMEC, SCDP, SIPEC/SOUGOV/PORTAL DO SERVIDOR, SIORG, SISP, SIAFI, SIADS, CADIN, TRANSFEREGOV, E FALA.BR

SISTEMAS INSTITUCIONAIS, PLATAFORMAS E ESCOPO DE ATUAÇÃO

A Administração Pública Federal utiliza arranjos organizacionais e soluções digitais para padronizar atividades que atravessam diferentes órgãos. É importante distinguir o sistema institucional, que organiza competências, unidades e regras de coordenação, da aplicação informatizada usada para executar ou registrar atividades. Um mesmo arranjo pode ser apoiado por várias aplicações, e uma aplicação pode ter alcance restrito a determinado setor ou instituição. Por isso, siglas próximas não devem ser tratadas como sinônimos apenas porque lidam com rotinas administrativas. O ponto central é identificar o objeto administrado, quem governa a atividade, quem opera a ferramenta e qual registro é produzido.

► Coordenação transversal e informatização administrativa

Os chamados sistemas estruturadores organizam funções administrativas comuns, como pessoal, serviços gerais, tecnologia da informação, organização institucional e administração financeira. Eles criam referências de governança que reduzem a fragmentação entre órgãos e favorecem procedimentos compatíveis. Já o sistema estruturante ou informatizado funciona como suporte operacional, convertendo regras e fluxos em cadastros, transações, consultas, trilhas de auditoria e integrações. Essa separação ajuda a compreender por que SISG e Compras.gov.br se relacionam sem serem a mesma coisa, assim como SIPEC, SOUGOV.BR e Portal do Servidor ocupam papéis distintos no mesmo domínio de gestão de pessoas.

SISG, SIASG e Compras.gov.br

O Sistema de Serviços Gerais, SISG, organiza atividades administrativas de caráter comum no Poder Executivo federal, incluindo contratações e outros serviços gerais. O SIASG funciona como instrumento informatizado de apoio à execução dessas atividades, enquanto o Compras.gov.br reúne recursos operacionais e de transparência associados às compras governamentais. Em uma contratação de estações de trabalho, por exemplo, a necessidade nasce em uma unidade administrativa, passa por planejamento, seleção do fornecedor, formalização e acompanhamento. O ambiente de compras registra etapas próprias do processo de contratação, mas não substitui a execução orçamentária e financeira nem a gestão patrimonial posterior.

SIPAC em instituições que adotam a solução

O SIPAC, Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos, é uma solução administrativa adotada por diversas instituições públicas, com presença especialmente conhecida em universidades e institutos federais. Seu uso pode abranger processos, documentos, materiais, patrimônio, contratos, almoxarifado e outras rotinas, conforme a implantação de cada órgão. Diferentemente de um sistema institucional de alcance transversal definido para toda a Administração Federal, o SIPAC deve ser entendido conforme a organização que efetivamente o utiliza. Em uma universidade que adota a plataforma, um processo de aquisição pode tramitar internamente no SIPAC e, ao mesmo tempo, depender de ferramentas federais específicas para compras, orçamento, finanças ou patrimônio.

A tabela apresentada abaixo separa natureza, foco e uso típico de soluções que aparecem próximas nas rotinas administrativas, evitando a falsa impressão de que todas possuem o mesmo alcance.

Solução ou arranjo	Natureza predominante	Objeto principal	Exemplo de uso administrativo
SIPAC	Plataforma administrativa institucional	Processos, patrimônio, materiais e contratos, conforme implantação local	Tramitação interna de uma demanda e registros administrativos relacionados
SISG	Sistema institucional de serviços gerais	Coordenação de atividades administrativas comuns	Padronização e governança de serviços gerais e contratações
SIASG / Compras.gov.br	Suporte informatizado ao ecossistema de compras	Operacionalização e transparência de compras públicas	Registro e condução de etapas de uma contratação



AMOSTRA

SIMEC	Plataforma setorial da educação	Monitoramento, execução e controle de programas e ações educacionais	Acompanhamento de iniciativas e recursos sob gestão educacional
SCDP	Sistema de viagens a serviço	Diárias, passagens e fluxo de afastamento a serviço	Solicitação, autorização e acompanhamento de viagem institucional
SIPEC / SOUGOV.BR	Arranjo de gestão de pessoas e canal digital de serviços	Vida funcional e serviços ao agente público	Consulta e solicitação de serviços funcionais

A comparação mostra que a sigla identifica apenas parte da arquitetura. Para operar corretamente, é necessário reconhecer se o usuário está diante de uma política sistêmica, de uma base corporativa, de um portal de serviços ou de uma aplicação local. Essa leitura evita registrar a mesma informação em local inadequado e facilita localizar o sistema responsável por cada etapa.

► Plataformas setoriais de planejamento e deslocamento

O SIMEC, Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, está vinculado ao campo educacional e apoia a gestão de informações, recursos, programas e ações do Ministério da Educação e de entidades relacionadas. Sua lógica é de acompanhamento de iniciativas educacionais, inclusive com participação de gestores de diferentes níveis federativos em módulos específicos. O sistema não deve ser confundido com uma plataforma geral de planejamento de toda a Administração Federal. Sua força está no recorte educacional e no acompanhamento estruturado de programas, projetos e instrumentos próprios desse setor.

O SCDP, Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, concentra o fluxo de viagens a serviço, reunindo etapas como proposição, autorização, providências relativas a passagens e diárias, registros da viagem e procedimentos posteriores pertinentes. Imagine uma equipe técnica que precisa visitar uma unidade distante para realizar uma inspeção de infraestrutura. A viagem precisa estar vinculada à finalidade institucional, percorrer as aprovações adequadas e manter registros suficientes para controle. O SCDP organiza esse ciclo e reduz a dispersão de informações que surgiria se cada etapa fosse tratada isoladamente por mensagens ou planilhas.

GESTÃO DE PESSOAS E DESENHO ORGANIZACIONAL

A atuação de um órgão depende tanto das pessoas que executam suas competências quanto da estrutura formal que define unidades, responsabilidades e relações hierárquicas. SIPEC, SOUGOV.BR, Portal do Servidor e SIORG se situam nesse espaço, mas atendem necessidades diferentes. O primeiro organiza a função de gestão de pessoas; o segundo oferece serviços digitais ao público funcional; o Portal do Servidor concentra informações e orientações; e o SIORG mantém dados estruturados sobre a organização institucional. Compreender essas diferenças impede que uma consulta funcional seja tratada como alteração de estrutura ou que uma mudança de organograma seja confundida com simples atualização cadastral de pessoal.

► SIPEC, serviços funcionais e canais digitais

O Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, SIPEC, organiza atividades de administração de pessoal civil no âmbito do Poder Executivo federal. Ele envolve uma rede de unidades com responsabilidades de orientação, execução e suporte às rotinas de gestão de pessoas. A existência do SIPEC não significa que toda interação do agente público ocorra em uma única tela. O domínio de pessoal é apoiado por diferentes aplicações e canais, entre os quais se destacam o SOUGOV.BR e o Portal do Servidor.

SOUGOV.BR como interface de serviços

O SOUGOV.BR oferece serviços digitais de gestão de pessoas para públicos vinculados ao Executivo federal civil, permitindo consultas e solicitações relacionadas à vida funcional. O valor dessa interface está em aproximar o usuário dos registros administrativos sem exigir que cada demanda comece por atendimento presencial. Dados pessoais, informações funcionais, documentos financeiros e requerimentos disponíveis no ambiente podem ser acessados conforme o perfil do usuário e as regras aplicáveis. O sistema deve ser usado com atenção à autenticação, à proteção de dados e à conferência do vínculo ou da competência da unidade responsável.

Portal do Servidor e informação institucional

O Portal do Servidor cumpre papel informacional e de orientação, reunindo conteúdos sobre gestão de pessoas, serviços, canais de atendimento e temas funcionais. Ele não se confunde com a base transacional em que todo ato de pessoal é efetivado. Em uma situação de afastamento, por exemplo, o usuário pode consultar orientações no portal, utilizar o canal digital indicado para requerimentos e depender da atuação da unidade de gestão de pessoas para análise e registro. A compreensão do fluxo evita imaginar que uma página informativa, sozinha, produz efeitos funcionais.

► SIORG e representação da estrutura oficial

O Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, SIORG, organiza atividades de desenvolvimento organizacional e mantém a referência oficial sobre estruturas de órgãos e entidades abrangidos. Seu sistema informatizado permite representar unidades, vínculos hierárquicos, competências, cargos e funções, além de informações necessárias à compreensão



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS, HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A orientação educacional não surgiu inicialmente como uma função escolar claramente definida. Em diferentes sociedades, famílias, grupos religiosos, mestres e comunidades já orientavam crianças e jovens quanto aos comportamentos esperados, às escolhas de vida e à preparação para o trabalho. Essas práticas tinham caráter informal e reproduziam os valores, as hierarquias e as necessidades econômicas de cada época.

A industrialização, a urbanização e a ampliação da escolarização modificaram esse cenário. A diversificação das ocupações e a necessidade de preparar trabalhadores para funções específicas favoreceram o aparecimento da orientação profissional. Em sua fase inicial, buscava-se identificar aptidões individuais e ajustá-las às exigências das profissões. Testes psicológicos, entrevistas e classificações passaram a ser utilizados para direcionar escolhas.

Essa perspectiva possuía uma lógica predominantemente adaptativa: cabia ao estudante ajustar-se ao trabalho e às normas sociais existentes. Problemas de aprendizagem ou comportamento eram frequentemente interpretados como dificuldades individuais, sem análise suficiente das condições familiares, pedagógicas, econômicas e institucionais.

Influências da psicologia e da pedagogia

A psicologia contribuiu para o conhecimento sobre desenvolvimento, personalidade, aprendizagem, interesses e relações interpessoais. Entretanto, quando aplicada de maneira reducionista, favoreceu práticas de diagnóstico, classificação e encaminhamento que separavam o estudante de seu contexto social.

O desenvolvimento das teorias pedagógicas ampliou essa compreensão. O estudante passou a ser reconhecido como sujeito ativo, histórico e social. A orientação educacional aproximou-se, então, do currículo, do planejamento, da avaliação e das relações estabelecidas na escola.

A transformação histórica pode ser compreendida por meio do seguinte quadro:

Período predominante	Foco da orientação	Característica da atuação	Limitação recorrente
Origem profissional	Escolha de ocupações	Identificação de aptidões	Ajustamento ao mercado
Influência psicológica	Personalidade e comportamento	Atendimento individual	Psicologização dos problemas
Integração pedagógica	Aprendizagem e desenvolvimento	Articulação com docentes	Participação institucional ainda restrita
Perspectiva crítica	Direito à educação e inclusão	Trabalho coletivo e preventivo	Necessidade de superar práticas tradicionais

► Trajetória no contexto brasileiro

Institucionalização da função

No Brasil, a orientação educacional ganhou espaço com a expansão do ensino e com a organização de serviços escolares especializados. Durante parte de sua trajetória, esteve vinculada à orientação vocacional, ao aconselhamento individual e ao controle disciplinar. O orientador era frequentemente visto como responsável por corrigir comportamentos, atender estudantes considerados problemáticos e auxiliar na adaptação às normas institucionais.

Essa configuração refletia uma escola marcada pela seletividade. O fracasso escolar era explicado, muitas vezes, como resultado de falta de esforço, capacidade ou apoio familiar. As práticas de orientação podiam reforçar essa leitura ao concentrar a intervenção no estudante, deixando em segundo plano o currículo, as metodologias, a avaliação e as desigualdades sociais.



AMOSTRA

Redefinição crítica da orientação educacional

A democratização da educação fortaleceu uma compreensão mais ampla da função. A atuação deixou de se limitar ao aconselhamento e passou a envolver a organização do trabalho pedagógico, a inclusão, a participação estudantil e a mediação das relações escolares.

Essa redefinição provocou mudanças essenciais:

- O atendimento isolado foi ampliado para o acompanhamento coletivo das turmas e dos processos escolares.
- A correção de comportamentos cedeu espaço à compreensão das causas pedagógicas, sociais e institucionais dos conflitos.
- A orientação vocacional passou a integrar projetos de vida que consideram identidade, cidadania, estudo e trabalho.
- A responsabilização do estudante e da família foi substituída pela análise compartilhada das responsabilidades escolares.
- O caráter administrativo da função foi reorientado para uma atuação pedagógica, preventiva e democrática.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS**► Conceções filosóficas da orientação educacional****Ser humano, educação e formação integral**

Toda prática de orientação educacional pressupõe uma concepção de ser humano. Quando o estudante é entendido como sujeito passivo, a orientação tende a exigir obediência e adaptação. Quando é reconhecido como sujeito histórico, capaz de interpretar a realidade e participar de sua transformação, a atuação assume caráter dialógico e formativo.

A formação integral envolve dimensões intelectuais, afetivas, sociais, culturais, éticas e corporais. Isso impede que o orientador reduza sua atuação ao rendimento acadêmico ou ao comportamento disciplinar. Uma dificuldade de aprendizagem, por exemplo, deve ser analisada em relação às experiências do estudante, às práticas docentes, à organização curricular e às condições concretas de escolarização.

A autonomia também constitui um fundamento filosófico relevante. Orientar não significa decidir pelo estudante, mas criar condições para que ele desenvolva responsabilidade, pensamento crítico e capacidade de escolha. A autoridade educativa permanece necessária, mas deve ser exercida com diálogo, critérios transparentes e respeito à dignidade.

► Fundamentos sociais**Escola, cultura e desigualdade**

A escola é uma instituição social atravessada por diferenças de classe, raça, gênero, território, religião, geração e condições de deficiência. Essas diferenças não produzem automaticamente desigualdades; elas se tornam desiguais quando determinados grupos enfrentam discriminação, baixa expectativa pedagógica, barreiras de acesso ou oportunidades reduzidas.

O orientador precisa analisar o estudante em seu contexto, evitando explicações baseadas em preconceitos. A família não deve ser responsabilizada de forma genérica pelo desempenho

escolar, especialmente quando enfrenta jornadas extensas de trabalho, pobreza, dificuldades de transporte ou acesso limitado a serviços públicos.

Algumas relações entre dimensão social e atuação escolar podem ser observadas na tabela:

Dimensão	Manifestação possível na escola	Intervenção do orientador
Desigualdade econômica	Faltas, dificuldade de acesso a materiais	Articulação de apoio e revisão de exigências excludentes
Diversidade cultural	Conflitos de valores e invisibilização	Valorização das identidades e diálogo intercultural
Discriminação	Isolamento, violência e baixa participação	Proteção, responsabilização e ação educativa
Vulnerabilidade social	Rupturas na trajetória escolar	Acompanhamento e articulação com a rede de proteção
Barreiras institucionais	Exclusão de estudantes com necessidades específicas	Mobilização por acessibilidade e participação

Socialização e convivência democrática

A escola ensina conteúdos, mas também valores, regras e formas de convivência. O orientador atua para que esse processo não se baseie exclusivamente na punição. Regras precisam ter finalidade educativa, ser compreendidas pelos estudantes e valer de maneira coerente para todos.

► Fundamentos políticos**Educação, poder e participação**

A educação é política porque envolve decisões sobre conhecimentos, oportunidades, direitos e formas de participação. O currículo seleciona saberes; a avaliação produz consequências; as normas definem comportamentos legítimos; a gestão distribui espaços de decisão. O orientador deve reconhecer essas relações para não tratar problemas institucionais como falhas pessoais.

A dimensão política da atuação manifesta-se em compromissos indispensáveis:

- Defender o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação de todos os estudantes.
- Combater práticas discriminatórias, humilhantes, autoritárias ou excludentes.
- Promover escuta estudantil sem transformar participação em mera formalidade.
- Contribuir para decisões coletivas baseadas em necessidades pedagógicas e direitos educacionais.
- Problematicar mecanismos escolares que produzem reprovação, evasão ou silenciamento.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

